

# ESTUDO ETIMOLÓGICO E DIACRÔNICO DO TOPÔNIMO AIURUOCA

Francisco de Assis Carvalho (USP)  
[francarvalho@usp.br](mailto:francarvalho@usp.br)

## 1. Introdução

A toponímia é o estudo dos nomes atribuídos ao espaço habitado pelo ser humano. A palavra é derivada dos termos gregos τόπος (topos), lugar, e ὄνομα (nome), literalmente, o nome de um lugar. Este trabalho dedica-se ao estudo do topônimo Aiuruoca e de todas as suas variantes dentro de uma perspectiva diacrônica.

## 2. História

Terra disputada pelos mineradores e sertanistas em busca do ouro, a cidade de Aiuruoca está colocada na fralda ocidental de uma das ramificações da Mantiqueira. De acordo com as pesquisas de Lefort (1993), as minas de Aiuruoca já eram conhecidas desde 1694, quando Bento Pereira de Sousa Coutinho, escrevendo a 29 de julho de 1694 ao governador-geral do Brasil – D. João de Lancastro, referindo-se ao itinerário dos paulistas, no descobrimento das Minas Gerais. Que eles, partindo de Taubaté, transpuseram a depressão da Mantiqueira, chegando, após 5 dias de viagem, à serra da Boa Vista, donde se descortina “um mundo muito alegre”, na expressão de Antonil (1982). E então, depois de uma jornada de 15 dias, chegaram ao rio Grande, “cujas cabeceiras nascem na serra da Juruoca”. Assim se denominou um descobrimento ao sul das minas de S. João del Rei, por alusão “a um penedo cheio de orifícios, em que se aninhavam e se reproduziam os papagaios”, segundo opinou o Cel. Bento Furtado de Mendonça, no livro *Primeiros descobridores das minas do ouro na capitania de Minas Gerais*. É tido como seu fundador João de Siqueira Afonso, no ano 1706. (TRINDADE, 1945, p. 42). Era um taubateano “hum dos temidos desertores das minas do Ribeirão do Carmo”, o qual, em 1702 “descobriu as minas do Sumidouro” e intentou “rivalizar em descobertas com o Cel. Salvador Fernandes”, para o que “avançou 12 leguas ao sul e descobriu”, em 1704 “as minas de Guarapiranga”, cuja riqueza foi origem do arraial (hoje Piranga) e capela deste nome. Esse taubateano é igualmente confirmado por A. de Taunay (1981) como fundador de Aiuruoca. Igualmente é tido como um dos pri-

meiros povoadores de Aiuruoca, o paulista Simão da Cunha Gago, que ali erigiu, ao que consta, uma capela dedicada a N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. da Conceição.

Dada à riqueza do solo, muito fácil para a mineração, em vista dos abundantes rios que cortam o território, bem cedo foi para Aiuruoca uma grande avalanche de portugueses. E logo, para incremento do cultivo das terras, algumas cartas de sesmaria foram passadas, desde as de D. Brás Baltazar da Silveira, em 1717, até outras, já no início da dispersão dos garimpeiros, “quando o ouro cada vez mais se escasseava”. A povoação, alcançando logo o título de capela de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca, passou a pertencer eclesiasticamente à comarca do rio das Mortes, da qual era vigário forâneo o Pe. Dr. Manuel da Rosa Coutinho.

Em 1718 se deu a instituição episcopal da Freguesia, “a qual o alvará de 16 de janeiro de 1752 elevou à categoria de colativa”. A paróquia foi criada segundo Trindade (1945), em 1718, talvez no episcopado de D. Francisco de S. Jerônimo, 3<sup>o</sup> bispo do Rio de Janeiro. Deveria ter sido enorme o seu território, de cuja divisão se fizeram posteriormente muitas paróquias e capelas. De acordo com o respeitado historiador Raimundo José da Cunha Matos:

Aiuruoca (casa do Papagaio); arraial situado perto da serra e na margem direita do rio do mesmo nome, que unido ao Capivari e outros se perde na margem esquerda do Grande. Teve princípio no ano de 1744, e no de 1754 foi elevado à categoria de julgado por José Antônio Freire de Andrada, governador interino da província, durante a ausência de seu irmão, Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadela, cuja criação foi aprovada por Provisão de 26 de setembro de 1758; e, como julgado, permaneceu até que, pelo Alvará de 19 de julho de 1814, foi criada a vila de Baependi, de que agora é dependente. Tem igreja paroquial e 124 fogos, e dista do Rio de Janeiro 56 léguas, e do Ouro Preto 51. (MATOS, 1981, p. 150).

O solo do Município de Aiuruoca foi estudado por um de seus filhos, o Dr. José Franklin da Silva Massena, o discípulo do célebre Pe. Secchi. Formado em matemáticas e filosofia, no mundo europeu, era filho do Cap. José Antônio de Silva. Dedicou-se à engenharia e muito trabalhou para a exploração do solo brasileiro. Conforme o Dr. Franklin Massena:

O papagaio é composto de granito e seus vales de gneiss. As rochas de Aiuruoca, seguindo do Papagaio até Guapiara, compõem-se de quartzo, feldspato, mica e granadas miúdas; a mesma cousa nota-se nas rochas quistosas. O Papagaio lança para o norte camadas de rochas férreas, que repousam em terrenos onde abunda o quartzo, como ao oeste da Aiuruoca; a leste desta vila as cordilheiras apresentam nas faldas muitas estalactites e psamites com turmalinas. Todo o município de Aiuruoca é aurífero e, apesar de apresentar muitos

terrenos revolvidos, contudo está extraído o ouro, que suavemente se prestou aos antigos mineiros. Nas margens do Taboão, entre Serranos e S. Vicente, em um terreno de aluvião, encontraram-se ossadas humanas, a que ninguém deu a devida importância: nos aluviões da Aiuruoca na Alagoa, consta também que outrora os mineiros em uma lavra de parientismo, descobriam ossadas, que desprezaram, e esse desprezo de tais objetos é a causa por que os fastos paleontológicos de Minas não apresentam uma série de amostras dessas raças extintas. (1867, p. 22).

Nos escritos mais antigos do Império encontramos referências sobre o barão de Aiuruoca. O Cel. Custódio Ferreira Leite, Barão de Aiuruoca, era filho do Sgt. Mor. José Leite Ribeiro e Escolástica Maria de Jesus, tendo nascido na fazenda de seus pais, situada na comarca do rio das Mortes, a 3 de dez. de 1782. Quando jovem, entregou-se à indústria da mineração. Depois, percorreu a América Espanhola, donde voltou para estabelecer fazendas entre os estados de Minas e Rio. Pelos seus relevantes serviços, foi agraciado com a comenda da Ordem de Cristo, com a patente de coronel de milícias. Pelo empenho do marquês de Paraná aceitou o título de barão de Aiuruoca. Pertencia à Assembleia Provincial de Minas, onde, por sua longa experiência, a sua voz sempre foi ouvida com respeito, e o seu alvitre não poucas vezes seguido.

Por Alvará Régio de 16 de fevereiro de 1724, foi criado do distrito judiciário de Aiuruoca, subordinado à comarca do Rio das Mortes. Em 1764, Aiuruoca foi visitada pelo governador Luiz Diogo e o doutor Cláudio Manuel da Costa, inconfidente mineiro então secretário do governo, na tentativa de conter os contrabandistas e os desvios do fisco real. A vila de Aiuruoca passou à categoria de cidade com seu território desmembrado de Baependi, em 14 de agosto de 1834. Quando o ouro se esgotou, os moradores se dedicaram à criação de gado leiteiro e à agricultura. Tendo como cenário a serra dos Papagaios, onde se encontra estação ecológica serra dos Papagaios.

Em livros históricos referentes aos postos de fiscalização e cobrança do *quinto* que foram criados a partir de 1701, pelo governador Artur de Sá e Menezes, tomamos conhecimento do registro fiscal de Aiuruoca. (CARVALHO, 2012, p. 112). Este é mencionado em 1776 com a grafia “Ioruoca” e, situava-se certamente onde se localiza a cidade de Aiuruoca. O “Destacamento da Picada do Juruoca” tinha a função de reprimir o contrabando de ouro para o Rio de Janeiro.

Encontramos no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal)<sup>127</sup> alguns documentos interessantes que possibilitaram uma investigação histórica sobre a grafia do topônimo Aiuruoca. Dentre eles destacamos: *Certidão* (23/12/1636-1746) do bispo de São Paulo (D. Bernardo Rodrigues Nogueira), ao bispo do Rio de Janeiro (D. Frei Antônio do Desterro), dizendo que chegou aquele bispado em "dia de Conceição" e que recebeu a notícia que o pároco de Aiuruoca (Ayuruoca) se havia ausentado, ficando a freguesia sem pároco, pelo que mandou imediatamente de Santos, um clérigo para lá; *Carta Patente* (07/07/1725) de José Barros Freire, capitão de uma Companhia de Ordenança do distrito de Aiuruoca, comarca do Rio das Mortes, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto; *Requerimento* (17/09/1725) de Bento Fromentiere, sargento-mor da companhia de ordenança do distrito da Aiuruoca, comarca do Rio das Mortes, solicitando a mercê de sua confirmação no exercício do referido posto; *Carta Patente* (20/10/1734) de Inácio Franco Torres, pedindo sua confirmação no exercício do posto de capitão-mor das ordenanças da Aiuruoca; *Bilhete* (04/11/1741) de José de Araújo Álvares, solicitando confirmação da carta de sesmaria de meia légua de terra, sita entre o rio Aiuruoca e a serra das Carrancas, em Minas Gerais; *Carta* (28/03/1743) de Francisco Martins Borrvalho, morador nas Minas de Aiuruoca, solicitando licença para passar ao Reino, com toda a sua família; *Requerimento* (27/04/1751) de Ventura Correia, morador nas minas da Aiuruoca, solicitando a D. João V a mercê de ordenar se lhe tombe meia légua de terra que lhe fora doada em sesmaria; *Consulta* (21/04/1758) do Conselho Ultramarino sobre a conta que deu o ouvidor do Rio das Mortes, Francisco José Pinto de Mendonça, em ter posto com permissão do governador, um juiz ordinário com seu escrivão nas minas de Itajubá e da necessidade de se criar também um juiz ordinário no distrito de Aiuruoca; *Carta* (23/07/1761) de Manuel Luís de Sousa, solicitando a confirmação de meia légua de terra em quadra, na paragem chamada Bicas e Águas Velhas, na freguesia de Aiuruoca, termo da vila de São João Del Rei, comarca do Rio das Mortes; *Requerimento* (22/08/1763) de Maria Emerenciana de Santa Ana, solicitando a confir-

---

<sup>127</sup> AHU\_CU\_011, Cx. 27, D. 2193; Nº de inventário no catálogo: 3193; AHU\_CU\_011, Cx. 41, D. 3352; Nº de inventário no catálogo: 3402; AHU\_CU\_011, Cx. 43, D. 3539; Nº de inventário no catálogo: 4721; AHU\_CU\_011, Cx. 58, D. 4823; 2434- [ant. 1757, Janeiro, 4]; Nº de inventário no catálogo: 13640; AHU\_CU\_011, Cx. 73, D. 6099; Nº de inventário no catálogo: 6596; AHU\_CU\_011, Cx. 81, D. 6735; Nº de inventário no catálogo: 6697; AHU\_CU\_011, Cx. 84, D. 6857; Nº de inventário no catálogo: 7829; AHU\_CU\_011, Cx. 100, D. 7990; Nº de inventário no catálogo: 8132; AHU\_CU\_011, Cx. 105, D. 8415; Nº de inventário no catálogo: 8132; AHU\_CU\_011, Cx. 105, D. 8415; AHU\_CU\_023-01, Cx. 17, D. 1636; AHU\_CU\_011, Cx. 35, D. 2829.

mação da carta de sesmaria de meia légua em quadra, na freguesia da Aiuruoca; *Solicitação* (08/02/1771) de Luísa Inácia de Jesus, solicitando a D. José I a mercê de lhe confirmar a doação, em sesmaria, de meia légua de terra na freguesia de Aiuruoca, comarca do Rio das Mortes; *Carta* (01/09/1773) do capitão Jacinto Borges Pinto, pedindo confirmação de sesmaria de meia légua de terra que possui na serra da Lagoa da Aiuruoca, no termo da vila de São João Del Rei.

### 3. *A motivação toponímica*

O topônimo é sempre a expressão de um conceito. O estruturalismo linguístico defende que tudo o que é conceitual só o pode ser pela linguagem. A primeira noção de espaço que o homem tem lhe é dada por sua língua. Como a língua é aprendida na infância, nós não temos consciência de como conceituamos o espaço. “Vamos pela vida afora pensando, raciocinando e vivendo, usando aquelas noções que a língua nos fornece.” (PONTES, 1992, p. 11).

É pela linguagem, pelo processo de nomear as coisas e tudo o que existe que o ser humano representa o “espaço”. Para Piaget (1948), a construção do espaço ocorre desde o nascimento do indivíduo e é paralela às demais construções mentais, constituindo-se com a própria inteligência. Essa construção se processa progressivamente, nos planos perceptivo e representativo. Inicialmente, a construção do espaço prende-se a um espaço sensório-motor ligado à percepção e à motricidade. Este espaço sensório-motor emerge dos diversos espaços orgânicos. O espaço sensório-motor não é constituído por simples reflexos, mas por uma interação entre o organismo e o meio-ambiente, perante a qual o sujeito se organiza e se adapta continuamente em relação ao objeto. Em seguida, a construção do espaço passa a ser representativa, coincidindo com o aparecimento da imagem e do pensamento simbólico, que são contemporâneos ao desenvolvimento da linguagem. Assim, o espaço torna-se “representativo”. Ele é ordenado e sistematizado pelas capacidades simbólicas do sujeito perceptivo. Este, para ordenar e definir o espaço nomeia as coisas e os lugares, numa tentativa de ordenamento e sistematização.

Moreau-Rey (1982, p. 10), ao falar sobre os aspectos teóricos da toponímia, propõe uma aproximação conceitual que nos parece bem marcada, quando enfatiza de maneira particular a questão espacial, apresentando por nomes de lugar, ou nomes geográficos, no sentido mais amplo, todos os nomes simples ou expressões compostas que designam

os lugares habitados, tanto antigamente como na atualidade (nomes de países, de comarcas, de territórios de qualquer tipo, de aglomerações urbanas ou rurais – cidades, vilas, povoados, aldeias, bairros, ruas, avenidas, praças); como também os lugares desabitados; os nomes relativos ao relevo, tanto de terras interiores como costeiras: montanhas, planícies, ilhas, cabos, bahias; os nomes relativos à água, terrestre ou marítima: mares, lagos, rios, torrentes, fontes, pântanos; os nomes das vias de comunicação. Em geral, tanto se trata de nomes do presente ou do passado – ou aqueles em desuso – cabe designá-los para todos os efeitos como nomes de lugar.

De fato, a natureza peculiar desses nomes e sua transcendência social encontram-se na base da curiosidade que despertam quando falamos de uma memória coletiva. Conforme o historiador Le Goff, a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. A memória coletiva é não somente uma conquista, mas é também um instrumento e um objeto de poder. (LE GOFF, 2003, p. 470). O estudo científico da memória coletiva encontra na toponímia um rico material de estudo. Na expressão de Le Goff: “Esses materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador”. (2003, p. 525).

Edward Sapir mostrou, entretanto, que a essência da linguagem sofre variações em função do lugar e do tempo e também em função das relações com os interesses humanos primordiais (pensamento, cultura, arte etc.). Em seu livro, *Le Langage* (1970), ele afirma que as línguas moldam diferentes culturas e representações. Segundo essa hipótese, as línguas moldam a forma de pensar de cada povo. O mundo apresenta-se como um “fluxo caleidoscópico” de impressões que deve ser organizado, sobretudo pelo sistema linguístico que está presente em nosso pensamento. Dessa maneira, ele mostra que o ambiente se reflete na língua, na medida em que sobre ele incidem as forças sociais (SAPIR, 1980, p. 46).

As palavras sempre constituem o sistema lexical de uma língua e nelas se refletem os aspectos do mundo real em que foi produzido e é utilizado esse léxico. O ser humano atribui nome a tudo que o cerca: coisas, animais, pessoas, espaços... É através do ato de nomear que o ser humano se organiza dentro do mundo e nele se orienta. Assim, podemos falar que o signo toponímico é motivado pelas características físicas do local, ou pelas impressões, crenças e sentimentos do denominador. Ele diferencia-

se dos demais signos com relação à motivação e torna-se específico nesta função. Diferencia-se do signo linguístico que está fundamentado na arbitrariedade e tem como peculiaridade a motivação.

Dick lembra que, nessa perspectiva, os topônimos são motivados por fatores extralinguísticos, podendo ser considerados como “verdadeiros testemunhos históricos” e expressam “um valor” que transcende o próprio ato da nomeação. (1999, p. 129). A autora ainda esclarece que o topônimo, em sua funcionalidade, transforma-se no ato do “batismo do lugar”, de arbitrário em essencialmente motivado. (1990, p. 38). O duplo aspecto da motivação toponímica é revelado no primeiro momento pela intencionalidade do falante e, em seguida, pela origem semântica da denominação.

Em consonância com Dick (1990), a descrição de um lugar pode ser interpretada de modo objetivo e de modo subjetivo. O primeiro aspecto pode revelar a escala cromática, a posição geográfica, as formas topográficas etc. Este seria denominado descritivo puro. O segundo pode salientar a adjetivação ou atribuições de cunho sentimental, e seria denominado descritivo-associativo. Assim, a motivação semântica do topônimo por elementos extralinguísticos é a fonte da pesquisa histórica de um povo. Vemos aqui uma reinterpretação do aporte teórico de Sapir na evolução da proposta taxionômica formulada pela autora. O signo toponímico é sempre motivado. O fator motivacional pode ser entrelaçado pelas características físicas do espaço ou pelas impressões, sentimentos e crenças do denominador.

No entrelaçamento do estudo da toponímia com a relação da motivação entre o denominador e o objeto denominado, podemos chegar ao processo onomasiológico que revela as influências externas ou subjetivas que se traduz em topônimos de variadas origens e procedências.

#### **4. *Estudo etimológico***

Dentro da ciência histórica o conhecimento toponímico enlaça-se com a Etimologia, uma ciência de viés histórico que se ocupa em estudar a origem dos nomes. A etimologia (do grego antigo  $\epsilon\tau\iota\mu\omicron\lambda\omicron\gamma\iota\alpha$ , composto de  $\epsilon\tau\iota\mu\omicron\nu\omicron$  e  $-\lambda\omicron\gamma\iota\alpha$  “-logia”) é o estudo da origem histórica e da evolução das palavras. Os gregos conceberam esse estudo como o “verdadeiro” conhecimento do sentido das palavras. O sentido verdadeiro expresso pela forma primitiva onde se pode reconhecer a relação entre o

nome e a coisa nomeada, e como esta motivação inicial sofreu motivações, no curso da evolução histórica. Por outras palavras, é o estudo da composição dos vocábulos e das regras de sua evolução histórica. A etimologia tem como objetivo primordial o de estabelecer a genealogia ou origem de uma palavra e como ela entrou para o vocabulário de uma língua.

Aiuruoca é um nome de origem indígena [tupi]. O insigne estudioso Teodoro Sampaio, em *O tupi na geografia nacional*, (1955, p. 178) define: “Ayurú = Ajurú ‘Ajurú = S.C. a-jurú: ‘boca de gente, ou que tem fala como gente. Nome dado ao papagaio. (Psittacus). Alt.: agerú, Gerú”. Outro grande estudioso, irmão Gregório, em *Contribuição Indígena ao Brasil*, (1980, p. 852) inclui: “Ajuruoca (“ + oca) = buraco dos papagaios”. Aglutinação das palavras tupis ajuru – papagaio, e oca, casa, donde a tradução: casa de papagaio, ou papagaio criado na pedra, ou pedra do papagaio. Conforme Silva, em *Denominações indígenas na toponímia carioca* (1966, p. 26), “ayuru (os papagaios) oca (maloca): a casa dos ajurus; a maloca ou covã dos papagaios; o refúgio das araras”.

O topônimo ao longo do tempo foi grafado da seguinte maneira: *Jeruoca* > *Ajuruoca* > *Iouruoca* > *Ieruoca* > *Juruoca* > *Iuruoca* > *Aiuruoca* ~ *Ayuruoca*.

Os relatos dos viajantes que passaram pelo Brasil entre os séculos XVIII e XIX apresentam a especificidade de consubstanciar, na linearização verbal, referências das vilas e povoados por onde passaram, deixando os registros dos nomes que encontraram e, também, as impressões do que viram. Esses viajantes, conhecidos como naturalistas, tinham um olhar atento e curioso, e sólidos conhecimentos acadêmicos. Devido à exiguidade do espaço, transcrevemos de forma sintética alguns registros dos Viajantes sobre o topônimo Aiuruoca:

Aires de Casal (1817):

O rio Grande, que é o maior da comarca e a divide em duas partes, meridional e setentrional, tem sua origem sobre a *serra Juruoca*, ou do Papagaio, como também lhe chamam, perto, da nascente dum ramo do rio Preto. (p. 171). A serra de Juruoca tomou o nome d’um penedo assentado sobre ela chamado Pedra do Papagaio, d’ayuru, papagaio e oca, penedo (casa). (1976, p. 173).

Auguste de Saint-Hilaire (1816-1822):

Achava-se outrora muito ouro nas margens do Rio Grande e nas do *riu Juruoca*, e é a um arraial de mineradores que a cidade deste nome deve a origem. Hoje não há mais lavras entre S. João e Juruoca e apenas se contam duas



ou três de pouca importância nestes arredores. Segundo o que me disse o cura, as conjecturas que formava hontem sobre a população desta cidade estão perfeitamente fundadas. Não é habitada durante a semana senão por mercadores, operários e prostitutas. Mas nos domingos e dias de festa, torna-se um lugar de reunião para todos os cultivadores da comarca. (p. 107). Quanto às montanhas vizinhas que se unem chamam-na região simplesmente da Serra. Mas, para distingui-las de tantas outras parece conveniente, como o fazem algumas pessoas, designar-as sob a denominação de Serra de Juruoca. (1938, p. 115-116).

John Luccock (1808-1818):

Nesse ponto, a montanha de *Juruoca* aparecia à destra, vasta e isolada mole e que embora tão distante nem por isso deixava de constituir importante traço de paisagem. Contam-se dela histórias maravilhosas, oriundas provavelmente de uns tantos sons e aparência naturais desusados. As pedras soltas de sua superfície espantam a quem as percute; suas cavernas ressoam de bulhas subterrâneas e conta-se, a boca pequena, que quando se dispara artilheria no Rio, ouve-se-lhe o eco nesta região distante. É ali também que nasce o Rio Grande, genuína maravilha essa, embora em nada acrescente às impressões dominantes. (1975, p. 356).

Spix & Martius (1817-1820):

Numa profunda garganta do vale, alcança-se depois o Rio Grande, que nasce não longe daí, a sudeste, na Montanha de *Juruoca*. (1981, p. 168).

Affonso de E. Taunay (1734):

Aludindo a um penhasco redondo e elevado aos ares, sobre um dos mais altos montes, daquele lugar, em que os papagaios faziam morada. Este lugar de *Aiuruoca* é uma famosa Freguesia com duas Capelas, suas filiais, assistida de grande concurso de moradores e assistentes mineiros com disposições de duráveis minas. (1953, p. 43).

## 5. Considerações finais

À luz dos dados apresentados sobre o topônimo *Aiuruoca*, podemos afirmar que a toponímia constitui-se como relevante marca cultural e expressa uma efetiva apropriação do espaço pelos grupos culturais. A sua análise permite entrever o léxico falado e escrito que camufla a memória das tradições e dos valores da identidade de um povo. A investigação histórica do topônimo *Aiuruoca* revela que este, mesmo sofrendo variações e mudanças na escrita ao longo do tempo, conservou a sua carga semântica motivacional primitiva ao designar a “*morada ou casa dos papagaios*” em alusão à serra que circunda o lugar. Certamente que as dificuldades de pronúncia e os fatores de oralidade foram motivos intervenientes para a abundância designativa do topônimo, como podemos ver nos documentos antigos (*Jeruoca* > *Ajuruoca* > *Iouruoca* > *Ieruoca* > *Juru-*

*oca* > *Iuruoca* > *Aiuruoca* ~ *Ayuruoca*). De acordo com a classificação taxionômica de Dick, o topônimo Aiuruoca pode ser classificado dentro da ordem antropocultural como ecotopônimo ou cociotopônimo. O primeiro está relacionado à motivação das habitações em geral e o segundo relaciona-se às atividades profissionais e lugares de encontro.

Por último, não temos fontes fidedignas para falar sobre a existência de índios na localidade, e se foram estes os nomeadores do lugar, ainda que o topônimo seja de origem indígena. Entretanto, bem sabemos que as minas de ouro que lá existiam atraíram os bandeirantes paulistas que falavam o *tupi geral* e se constituíram desbravadores dos *sertões* e “batizadores” da maioria dos lugares mineiros, desde o século XVII.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

CARVALHO, Francisco de Assis. *Entre a palavra e o chão: memória toponímica da Estrada Real*, 2012. Tese de Doutorado. FFCL da Universidade de São Paulo.

CASAL, Aires. *Corografia brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

COSTA, José Pedro de Oliveira. *Aiuruoca, Matutu e Pedra do Papagaio*. Um estudo de conservação do ambiente natural e cultural. São Paulo: Edusp, 1994.

DAUZAT, A. *Études de linguistique française*. 2. éd. Paris: Editions D'Artrey, 1946.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de SP, 1990.

DORION, Henri; POIRIER, Jean. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Scripta Nova. Barcelona: Universidade de Barcelona. Vol. VII, nº 138, 01/04/2003.

GREGÓRIO, Irmão José. *Contribuição indígena ao Brasil: lendas e tradições – usos e costumes – fauna e flora – língua – raízes – toponímia – vocabulário*. Belo Horizonte: UBEE, 1980.

ISQUERDO, A. N. *O fato linguístico como recorte da realidade socio-cultural*. 1996. Tese de doutorado. UNESP, Araraquara, 1996.

LEFORT, Mons. José do Patrocínio. *A diocese da Campanha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1993.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

MASSENA, José Franklin da Silva. *Quadros da natureza tropical: ou ascensão científica ao Itatiaya ponto mais culminante do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro & Cia., 1867.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais* (1837). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, 2 v.

MOREAU-REY, E. *Els noms de lloc*. Barcelona: Unió Excursionista de Catalunya, 1992.

PIAGET, Jean; INHELDER, Barbel. *La representation de l'espace chez l'enfant*. Paris: PUF, 1948.

PONTES, Eunice. *Espaço e tempo na língua portuguesa*. Campinas: Pontes, 1992.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 4. ed. Câmara Municipal do Salvador. Salvador: Fundação Gonçalo Moniz, 1955.

SAPIR, Edward. *A linguagem*. Introdução ao estudo da fala. São Paulo: Perspectiva, 1980.

SILVA, J. R. *Denominações indígenas na toponímia carioca*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1966.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil: 1817–1820*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

TAUNAY, de Affonso. *Relatos maçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

TRINDADE, Cônego Raimundo Otávio da. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

WAINWRIGHT, Barbara M. *Archaeology and Place-Names and History*. London: Routledge & Kegan Paul, 1962.